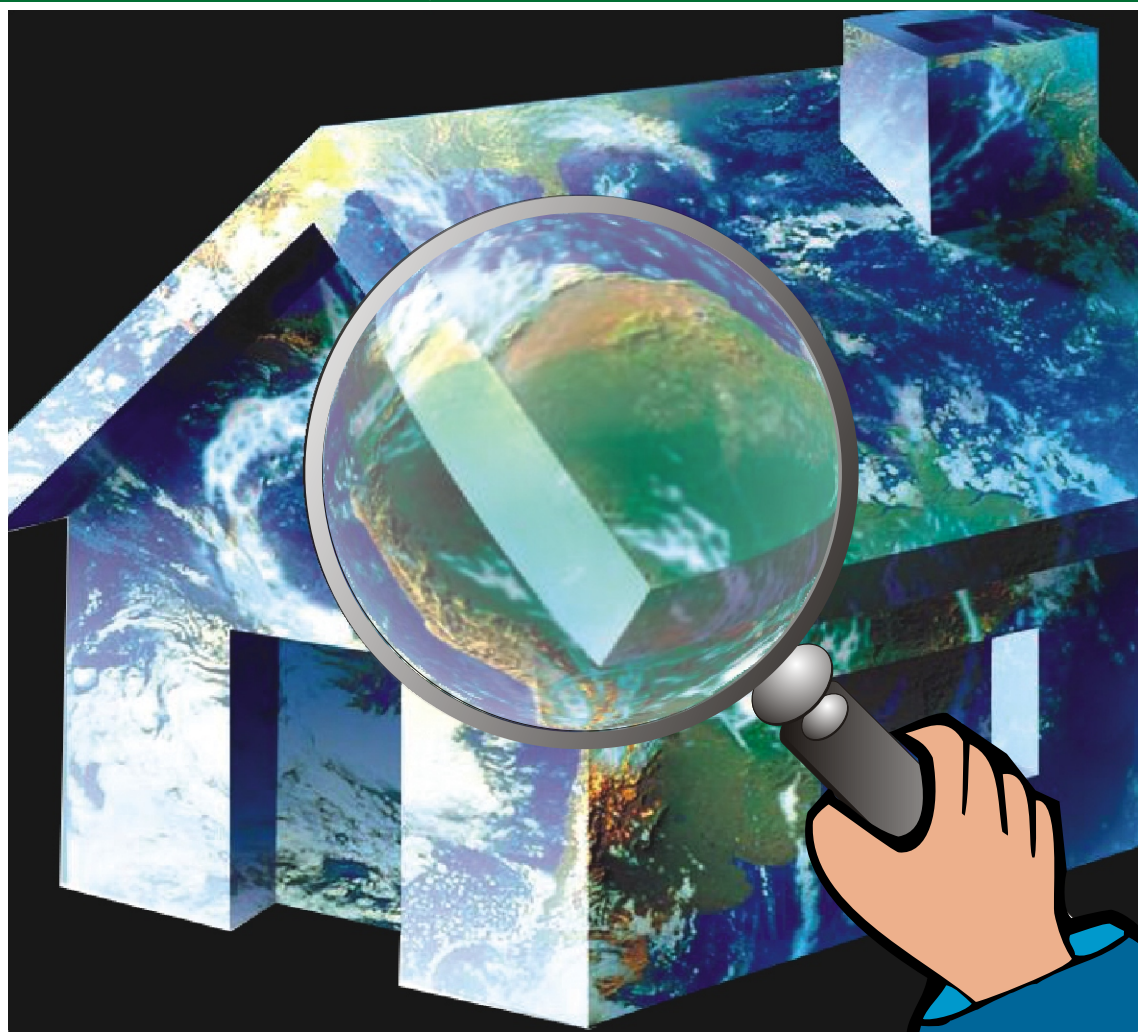


Ministério do Meio Ambiente

CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SALAS VERDES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO APLICADO A



MANUAL DE ORIENTAÇÃO

Brasília-DF
2005

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José de Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Marina da Silva

Secretário Executivo: Cláudio Langone

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - DEA

Diretor: Marcos Sorrentino

Diretor Substituto: Maurício Marcon Rebelo da Silva

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO APLICADO A CENTROS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SALAS VERDES**

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

Brasília - DF
Abril – 2005

Edições MMA

Ministério do Meio Ambiente – MMA
Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração

Esplanada dos Ministérios, Bloco B – térreo
70068-900 Brasília – DF
Tel.: 55 (61) 4009 1235
Fax.: 55 (61) 224 5222
e-mail: cid@mma.gov.br

Diretoria de Educação Ambiental (DEA)
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 5º andar – sala 553
70068-900 - Brasília – DF
Tel.: 55 (61) 4009-1207
Fax.: 55 (61) 4009-1757
www.mma.gov.br/educambiental
educambiental@mma.gov.br

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Diretoria de Educação Ambiental

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO APLICADO A CENTROS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SALAS VERDES**

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

Fábio Deboni da Silva

Brasília - DF
Abril – 2005

Ministério do
Meio Ambiente



SUMÁRIO

1. Apresentação do Manual.....	07
2. O que é Projeto Político Pedagógico (PPP)?.....	09
2.1 Dimensões Essenciais.....	12
2.2 Finalidades e Aplicações.....	18
2.3 Tão político quanto pedagógico.....	20
3. Como elaborar um PPP?.....	23
3.1 Tópicos Importantes.....	23
3.2 Eixos Estruturantes.....	25
4. Concluindo (por enquanto).....	33
5. Referências	35

1. Apresentação do Manual

Este Manual foi elaborado com a finalidade de contribuir para instrumentalizar e orientar Salas Verdes e Centros de Educação Ambiental (CEAs) a discutirem a dimensão do Projeto Político Pedagógico (PPP) inerente a iniciativas como estas. Se por um lado observa-se no país um considerável avanço destas iniciativas (CEAs provenientes de diversos setores e Salas Verdes como um tipo de CEA com foco na questão da informação ambiental sendo estimulados através do Ministério do Meio Ambiente), tem-se constatado que elas têm manifestado a necessidade de subsídios a respeito do PPP.

A questão do PPP tem sido debatida no bojo deste movimento e nela tem-se investido energia e tempo por parte de diversos CEAs e Salas Verdes. Configura-se um cenário interessante para o tema, uma vez que estimula e provoca reflexões a respeito dos papéis (objetivos e finalidades socioambientais) destas iniciativas e da própria Educação Ambiental, contribuindo também para demarcar uma compreensão de que CEAs não se restringem meramente à dimensão Estrutural (sede, espaços físicos e equipamentos).

Esta publicação objetiva contribuir de maneira teórica e prática para o enfrentamento da discussão, construção, avaliação e revisão de Projetos Políticos Pedagógicos para CEAs e Salas Verdes, fazendo face à carência de referenciais com esta abordagem, com estes propósitos e voltados a estas iniciativas. Ela foi construída a partir de documentos do Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais da Diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA), em diálogo com outros materiais de referência nas áreas de PPP e de CEAs. Destina-se portanto a educadores ambientais, técnicos e gestores que atuam na formulação, implantação, gestão e avaliação de CEAs¹ no país, especialmente no que diz respeito à dimensão do Projeto Político Pedagógico.

¹ Daqui em diante utilizaremos o termo CEA contemplando a diversidade de “tipos” existentes e já mapeadas no país bem como iniciativas denominadas como “Salas Verdes”, articuladas no âmbito do Projeto de mesmo nome, coordenado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Informações detalhadas sobre elas podem ser acessadas na página: www.salaverde.cjb.net

2. O que é Projeto Político Pedagógico (PPP)?

O termo Projeto Político Pedagógico - daqui em diante PPP - consiste num tema complexo, cercado de significados e finalidades, concepções e reflexões, e nos últimos anos tem ganhado espaço no âmbito da Educação Ambiental (EA) brasileira. Se do ponto de vista da educação formal percebe-se já considerável acúmulo do ponto de vista legal-institucional, teórico e prático, a partir da incorporação e da introjeção por parte dos sistemas de ensino deste tema, o chamado campo "não formal" da educação, e mais especificamente da educação ambiental, vivencia um panorama consideravelmente diferente.

A visualização deste tema no âmbito da EA não formal é bastante nebulosa na atualidade, com pouca informação sistematizada disponível para educadores, técnicos e gestores que atuam no planejamento, no delineamento, na implementação e na avaliação das iniciativas diversas que compõem este segmento. Temos observado também que as poucas informações que se pode encontrar a respeito da chamada EA não formal centram-se em iniciativas realizadas em parques urbanos e não urbanos, zoológicos, jardim botânicos, comunidades, nos arredores ou dependências de escolas, centros comunitários, etc. Como se vê trata-se de uma diversidade de palcos onde se realizam projetos e ações de educação ambiental para públicos igualmente variados.

Neste contexto tem-se notado uma ausência na visualização dos Centros de Educação Ambiental² (CEAs) como sendo parte integrante neste leque de espaços, estruturas e iniciativas que não só vem se oferecendo de palco para ações de EA, como também têm cumprido um papel de idealizador e realizador destas. Tratam-se de iniciativas que estão de certa forma esquecidas em textos, publicações e produções que têm tratado da EA não formal, embora o cenário que se tem observado é que

² Considerando toda a diversidade de tipos de iniciativas que existem na atualidade no Brasil, dentre as quais merecem destaque as Salas Verdes.

desde o final dos anos 90 há uma grande efervescência de iniciativas, espalhadas pelo país e ligadas aos mais diversos segmentos da sociedade.

Porque os CEA têm estado cada vez mais presentes em projetos de EA? Porque a euforia com a sua criação? O que há realmente por trás deste processo? São questões que nos parecem importantes de serem levantadas neste momento, em virtude da considerável oferta e demanda por projetos de implantação e construção de CEAs que se nota pelo país. Diversos municípios e organizações têm adentrado pelo campo da EA pela via do CEA, muitos deles a partir da visualização de que a construção de um CEA por si só já consistiria na principal realização no que diz respeito à EA naquela localidade.

Parece-nos que há algum equívoco na medida em que se coloca maior importância na obra do CEA em si do que no verdadeiro papel que ele viria cumprir; na sua função socioambiental e na sua pauta de realizações. A questão central que precisa ser enfrentada é a discussão e a definição de "onde se pretende chegar com aquele projeto de EA naquele local e inserido naquele contexto?". Esta questão é a que nos dará mais condições de avaliar se o projeto de implantação de um CEA será a forma mais eficaz e mais eficiente de alcançar aquele objetivo. Será que é realmente necessário a viabilização de um CEA diante da realidade e da demanda em questão?

Queremos com estas questões provocar o leitor a refletir a respeito das motivações que levam as instituições a projetar e a implantar um CEA, como uma forma de avaliar se ele é um caminho (dentre outros possíveis) para se chegar onde se pretende. É preciso saber se ele:

- Conduz na mesma direção, e faz alcançar os objetivos propostos, ou seja, se ele é eficaz; e
- O faz de maneira ágil, fluída e eficiente.

Está claro que projetar e implantar CEAs somente a partir da dimensão arquitetônica (ainda que ela seja fundamental) não é suficiente e não tem contribuído para enfrentar a problemática socioambiental atual. Pelo contrário, esta visão parcial e reducionista das dimensões essenciais de um CEA tem ocasionado a visualização de inúmeros "elefantes brancos", ou seja, estruturas variadas sub-utilizadas, mal dimensionadas (tanto sob o ponto de vista da engenharia quanto pedagógico) e muitas delas acabam sendo abandonadas.

Há outras situações onde se implementa o CEA sem qualquer reflexão a respeito de princípios da chamada "eco-construção", buscando aportar elementos e estruturas no CEA que sirvam não só de modelo e exemplo de práticas sustentáveis, como também como instrumentos pedagógicos para apoiar suas ações de EA. Se pararmos pra pensar em algumas questões veremos que há poucos exemplos de iniciativas que buscam implementar estas práticas: "Que CEAs dispõem de estruturas de energias alternativas; sistemas de economia, reuso de água, programa de redução de consumo, reutilização e reciclagem de materiais e processos? Que CEAs adotaram processos e materiais mais sustentáveis na sua construção ou reforma? Em que medida estas práticas têm sido utilizadas como instrumentos pedagógicos nas ações do CEA?"

Questões como essas adquirem cada vez mais importância no campo da EA brasileira. Entendemos que o pano de fundo destas questões reside no Projeto Político Pedagógico (PPP) dos CEAs, pois é ele que ajuda a sinalizar a trilha a ser percorrida, seus obstáculos, desvios e atalhos e os meios pelos quais se pode prosseguir na direção apropriada.

Retomando então, um Projeto Político Pedagógico consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização. Qualquer proposta pedagógica pressupõe um projeto de sociedade, um projeto de ser humano. Este projeto pode ser democrático ou não, a depender da concepção de sociedade e sujeitos sociais que se tem. O percurso da

formulação do PPP pode, em tese, ser centralizado em um indivíduo ou pequeno grupo o que o caracterizaria como um PPP autoritário, ainda que seu conteúdo se diga democrático. Ser construído de forma participativa é portanto mais que uma característica deste processo, mas antes de tudo um princípio político de extrema importância.

O PPP não é apenas um produto, uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua, orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É portanto um documento identitário, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente re-construídos.

2.1 Dimensões Essenciais

Entendemos o Projeto Político Pedagógico (PPP) não somente como um documento que agrupa uma série de planejamentos e de elementos relativos ao CEA, seu funcionamento, sua organização, sua missão, mas o encaramos como um processo de permanente construção de tais questões que deve envolver todos os membros da equipe e todos os atores e atrizes sociais com os quais o CEA dialoga e se relaciona.

É preciso decodificar cada um das letras "Pês" presentes no termo Projeto Político Pedagógico. A primeira decorre do ato de se projetar e planejar alguma ação ou um conjunto de ações, característica básica do PPP. O segundo aponta para a dimensão política que o CEA deve cumprir, e encontra importante substrato em autores, trabalhos e experiências do campo educacional, do ambientalismo e da

³ Um documento importante que demarca a não neutralidade da Educação Ambiental é o "Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", construído durante o Fórum Global de ONGs, realizado simultaneamente com a ECO-92.

educação ambiental, além de documentos de referência da EA brasileira³. Há uma intencionalidade política, de caráter não partidário, potencialmente presente na atuação de CEAs, e que deve ser considerada para ser devidamente trabalhada no PPP. Considera-se que CEAs têm um papel no processo de formação de cidadãos que voltam-se à manutenção do status quo social, cultural e ambiental ou para a sua transformação? Uma característica fundamental da educação ambiental é a sua não neutralidade diante dos acontecimentos e das realidades socioambientais cotidianas. Trata de uma questão chave que deve nortear o processo de construção de projetos político pedagógicos de CEAs no país. Por fim o terceiro "P", o pedagógico. Este remete-nos para um processo de decodificação da intencionalidade do CEA na contribuição da formação de cidadãos "sócioambientalmente educados". Obviamente que se trata de uma expressão que carrega muitos jargões conceituais, mas com ela, apontamos para a dimensão educacional do CEA, e de que forma ela é concebida e abordada pela sua equipe (em termos de temas e conteúdos, procedimentos metodológicos, tipo de atividades, interações equipe-público, formas de avaliação do CEA e das atividades, etc).

A questão chave da dimensão do Projeto Político Pedagógico (PPP) reside no fato de que muitos CEAs têm sido criados e até mesmo inaugurados sem qualquer planejamento e discussão anterior. Trata-se de um ponto preocupante, uma vez que há muitas iniciativas de CEAs no país sendo criadas sem a mínima discussão de questões básicas como:

- 1) Qual a concepção que se tem de EA e de CEA? Parte-se de quais referenciais teóricos, práticos e com quais experiências?
- 2) O que se objetiva alcançar com este CEA? Para onde se pretende caminhar? A quem se destina este CEA?
- 3) Quais os princípios e diretrizes que irão orientar a proposta?

4) Com quais recursos, pessoas e condições dispõem-se para tal?

5) Quais as estratégias para monitorar e avaliar esse processo? Quem serão os avaliadores? Quais serão os indicadores e em quais momentos deve-se avaliar?

É preciso ressaltar ainda que se observa no âmbito dos CEAs, considerável variação de denominações relativas a este termo, que aqui estamos tratando como Projeto Político Pedagógico, mas que encontramos, tanto na literatura como na prática, denominações como: programa educativo, projeto pedagógico, projeto educativo, programa de educação ambiental, dentre outras. Verificamos na literatura que esta constatação não é exclusiva da temática dos CEAs, mas se faz presente também no âmbito da escola:

Verifica-se uma falta de clareza terminológica, sobretudo no tocante a sua documentação. Na maioria destes estudos se pode encontrar termos como "projeto pedagógico", "projeto educacional", projeto educativo", "projeto curricular" como também termos que tampouco mencionam a noção de projeto, tais como "proposta pedagógica", "plano pedagógico", "proposta educacional", "plano educacional", "plano diretor", "plano escolar", dentre outros. E freqüentemente estes termos coexistem com os termos "projeto político-pedagógico" ou "projeto escolar". (...) esta confusão generalizada evidencia uma identificação metodológica no que concerne à natureza e à operacionalização do projeto político-pedagógico no contexto escolar e sua necessária documentação (Garcia, 1999 : 27).

Além de verificarmos essa confusão generalizada de termos, observamos que há um percentual importante de CEAs sem PPP. Há outros que, embora tenham um PPP, apontam para a necessidade de reformulá-lo, atualizá-lo.

Entendemos que o PPP deva ser uma das dimensões iniciais a serem discutidas e equacionadas em qualquer projeto de implantação de CEA. Sabemos, no entanto, que há diversas iniciativas que surgem sem qualquer discussão sobre seu PPP. Ele é a espinha dorsal de qualquer CEA, representando toda a sua sustentação ideológica, política, pedagógica, metodológica e material, ou seja, um importante elemento estruturante do CEA, e de uma diversidade de instituições.

De fato, qualquer instituição que atua no campo do social e do cultural - político, religioso, educacional, partidário, sindical... - e que pretende atuar com dignidade e eficácia no mundo atual, necessita manejar um instrumento composto de três partes(...):

- *A proposta do que quer ajudar a alcançar como resultado social e de como quer ser (e precisa ser) para isso;*
- *A avaliação de até que ponto está contribuindo para o que quer alcançar e de até que ponto age como propôs em seu ideal;*

A proposta de ações, comportamentos e atitudes, regras, rotinas para um determinado período de tempo, a fim de tornar-se mais parecida com o ideal que escolheu.

São duas "propostas" ambas necessárias, uma propondo o rumo, o horizonte, outra propondo caminhos, o que só será possível de maneira digna se as duas forem ligadas pela avaliação, pelo diagnóstico da prática (Gandin, 2000 : 18).

O PPP de qualquer que seja a instituição deve ser construído tendo como ponto de partida tais dimensões explicitadas na passagem anterior. Mas não só elas. Sabemos da necessidade de delineamento destas duas "propostas" indicadas por GANDIN (2000), sendo uma dos rumos e a outra do caminho, e suas ligações,

mas compreendemos também que há outras dimensões inerentes a PPP sintonizados na perspectiva de educação e de educação ambiental sinalizada por este trabalho.

É possível propormos um "recorte" para visualizarmos duas esferas no âmbito de um PPP, quais sejam: uma macro-institucional e uma micro-institucional. A primeira refere-se à relação institucional CEA-sistema, aquela que compreende todas as relações que o CEA estabelece com o seu meio externo, de uma forma ampla; a segunda relativa à coordenação normativa das ações e das relações de poder entre os sujeitos da ação envolvidos na práxis do CEA. Como decorrência da articulação destes dois domínios de relações, constituem-se as conexões do CEA com a sociedade.

Trouxemos um elemento novo à discussão, o da sua relação macro-institucional. A definição de tais relações, bem como o planejamento das suas estratégias de articulação institucional e social são fundamentais para a construção de um PPP.

Identificamos ainda em diversos trabalhos (GADOTTI, 1998; GARCIA, 1999; PADILHA, 2002; VEIGA, 2002) alguns princípios, objetivos e características orientadoras do PPP, que necessitam ser discutidas com o aprofundamento necessário, de acordo com a relação que o CEA estabelece com cada um deles:

- **Qualidade formal e política:** dá-se mais importância à forma ou ao conteúdo das atividades desenvolvidas, com a clara definição de "onde se quer chegar" com esta atuação?
- **Gestão democrática:** como ela pode ser exercitada no dia a dia do CEA, envolvendo equipe técnica, público, gestores da instituição proponente do CEA, parceiros, dentre outros atores e atrizes direta e indiretamente envolvidos com o CEA?
- **Práxis (ação-reflexão-nova ação):** como exercitar este princípio no cotidiano do CEA?

- **Igualdade de condições:** entre os diferentes públicos com os quais se trabalha; entre os membros da equipe técnica; entre parceiros do CEA. Deve ser compreendida em diversas dimensões: igualdade de condições de participação, de tomada de decisão, de avaliação, etc;
- **Processo dialógico e participativo:** como estes princípios - Diálogo e Participação - estão presentes e são estimulados pelo sistema CEA (Equipe, espaços, atividades, entorno, recursos)?
- **Valorização da equipe de trabalho:** através da possibilidade de formação continuada, política de remuneração justa, de condições dignas de trabalho, de participação em eventos e encontros técnicos, etc;
- **Avaliação periódica:** do CEA, da sua equipe, das suas atividades, realizada por agentes claros e definidos e continuamente, mas como momentos pré-estabelecidos para reflexões mais aprofundadas;
- **Cooperação e Solidariedade:** esta questão é trabalhada e estimulada entre a equipe do CEA e junto ao seu público em detrimento da competição?
- **Autonomia:** até que ponto o CEA e sua equipe têm autonomia para tomar determinadas decisões técnicas, políticas e práticas, sem a interferência direta das instituições proponente e parceiras?
- **Não neutralidade da educação:** em que nível o CEA e sua equipe assumem a não neutralidade da educação e da própria educação ambiental, e como isso é exercitado no cotidiano do CEA?
- **Complexidade:** como as ações do CEA enfrentam a tendência de simplificação que é recorrente na atualidade, buscando atuar com abordagens holísticas e complexas nas suas atividades, projetos e realizações?

- **Transversalidade:** como esta transversalidade é implementada no dia a dia do CEA? Há diferentes olhares no âmbito da equipe técnica do CEA? Há instituições parceiras de diferentes áreas de competência contribuindo com o CEA?
- **Interdisciplinaridade:** a equipe do CEA atua de forma interdisciplinar? Como ela inter-relaciona os diferentes campos do saber nas atividades cotidianas do CEA?

Trata-se de conceitos densos e que conferem maior complexidade ao tema. Nosso objetivo aqui não é o de abordar cada um deles, mas apenas apresentar um cardápio de questões que a construção de um PPP pode representar ao CEA. A partir da interação e do diálogo que cada um desses elementos promove, vai se percebendo a complexidade deste processo e a sua importância para a consolidação do CEA como um todo, da sua equipe técnica e da própria Educação Ambiental que ali é pensada e praticada.

É justamente no balanceamento das questões enunciadas neste item 2.1 que CEAs devem orientar processos de construção, implementação, avaliação e revisão de PPPs, e seu sucesso será cada vez maior na medida em que claramente mapear e detalhar os eixos Conceitual, Situacional e Operacional e todos os princípios, conceitos, características e elementos que dão sustentação a cada um deles e que são relevantes ao CEA em questão.

2.2 Finalidades e Aplicações

Como vimos, o PPP vem sendo bastante discutido e aplicado já há algum tempo no âmbito dos sistemas de ensino, englobando sobretudo as escolas (públicas e particulares, de ensino infantil, fundamental e médio; técnicas e profissionalizantes; dentre outras) e as faculdades e universidades (públicas e privadas). Há, no entanto, uma série de organizações e de processos educacionais que lançam mão do PPP como uma estratégia de planejamento político, pedagógico, técnico, financeiro, situacional, material e operacional.

Organizações diversas como associações, sindicatos, ONGs, coletivos, fundações, institutos, dentre muitas outras, já têm neste tema acúmulos e repertórios próprios, relacionados às suas áreas e temas de competência. Em quase todas estas organizações (e inclusive nos CEAs) o PPP tem sido relevante porque:

- Contribui para a visualização do horizonte onde se pretende chegar (objetivos, missão e função socioambiental da organização em questão);
- Possibilita traçar caminhos, vias de acesso que conduzam àquele horizonte pré-consensuado (e que pode ser modificado ou corrigido ao longo da caminhada) a partir das condições atuais;
- Aponta para as condições objetivas para se permitir trilhar pelos caminhos estabelecidos;
- Permite correção de rota sempre que se identifica desvios de curso ou mudanças nos objetivos e metas.

Quanto aos CEAs, este cenário passa então a ser visualizado de maneira um pouco distinta das instituições anteriormente citadas. Por se tratar de iniciativas ainda pouco conhecidas e pouco articuladas no âmbito da própria Educação Ambiental e junto à sociedade brasileiras, elas encontram-se ainda num patamar de estabelecimento e do detalhamento dos pontos de interface com a dimensão do PPP.

Além das enunciadas acima, o PPP tem cumprido um importante papel como um documento de referência para o (e do) CEA, o qual deve ficar permanentemente disponível para os diversos públicos que o acessam. Há nesta questão também uma relação direta do ponto de vista institucional, ou seja, o PPP de qualquer CEA será um reflexo direto da sua respectiva instituição proponente acrescida de parte ou da completude das instituições parceiras.

Neste sentido, tem-se observado uma tendência de CEAs enfrentarem esta discussão a partir de uma abordagem parcial e restrita à dimensão "técnico-pedagógica" em detrimento da "política", e do eixo "Operacional" em detrimento dos demais "Situacional" e "Conceitual". Este último vem sendo alvo de consultorias pontuais, que até podem contribuir para subsidiar e alimentar o processo do PPP como um todo, desde que haja este entendimento e condições práticas para que isto ocorra junto ao corpo técnico do CEA e aos atores com ele envolvidos.

2.3 Tão político quanto pedagógico

A opção pela nomenclatura Projeto Político Pedagógico por si só já demarca um campo de opções e preferências não neutras e diretamente sintonizadas com determinadas vocações e tendências da EA brasileira atual ⁴. Compartilhamos do princípio de que a opção de atuar no campo da EA já se constitui numa opção política (não partidária) porque pretende transformar a realidade atual numa determinada direção. Esta opção é também pedagógica, claramente pelo seu papel de construção de conhecimentos, habilidades, experiências, a partir de processos pautados no diálogo e na perspectiva de que cada novo momento/atividade/ação pode (e deve) ser encarado como uma nova oportunidade pedagógica (e porque não política?) para desencadear processos educacionais voltados à questão ambiental.

Mas de qual "questão ambiental" estamos falando? De qual Educação Ambiental estamos falando? Estamos tratando de uma realidade a partir de que ótica? Nossa ação profissional e cidadã pretende transformar de fato esta realidade ou apenas contribuir para a manutenção das coisas como elas estão? É possível dissociar o político do pedagógico em nossa atuação como educadores ambientais?

Levantamos estas questões como uma forma de refletirmos "que seria uma ingenuidade reduzir todo o político ao pedagógico, assim como seria ingênuo fazer

⁴ Está intimamente sintonizada com o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, o qual aponta para uma concepção de EA comprometida com transformações culturais e sociais, dentre outras.

o contrário. Cada um tem a sua especificidade(...) e que, mesmo tendo domínios específicos, continua a haver a interpenetração do político no pedagógico e vice-versa(...). quando se descobre uma certa **especificidade do político**, percebe-se também que essa especificidade não foi suficiente para proibir a presença do pedagógico nela. Quando se percebe por sua vez a **especificidade do pedagógico**, nota-se que não lhe é possível proibir a entrada do político. (Gadotti, Freire & Guimarães, 1986)

Por mais que este "político" não esteja explícito no PPP (quando se tem claramente a preferência por retirá-lo da nomenclatura, adotando por exemplo Programa ou Projeto Pedagógico) e nas ações e materiais do CEA, isso não significa que esta dimensão e sua influência sobre o "pedagógico" não está presente. Pelo contrário. É bem provável que o "político" influencie muito mais as ações e o rumo do CEA do que o "pedagógico", sendo, portanto, determinante na sua existência e finalidades e exigindo uma atenção mais profunda do que tem sido dada de um modo geral até então.

Entendendo que a dimensão "Política" não deve ser encarada como sendo sinônimo de "Partidarismo Político" mas sim fazendo referência a questões que envolvem tanto o nicho de atuação do CEA quanto a possibilidade de o CEA atuar coletivamente junto a outros CEAs e outros atores do campo da EA e de áreas afins a partir de questões como:

- Objetivos e Funções socioambientais da EA e do CEA, como uma iniciativa que tem como objetivo central a temática da EA e não outra;
- Possibilidades de atuar potencializando e estimulando pessoas na direção da implementação de transformações sociais, políticas, ambientais, econômicas, culturais, éticas, dentre outras, nas realidades onde estas pessoas encontram-se inseridas;

- Interação e articulação com outros CEAs e diversas organizações, coletivos e atores do campo da EA e afins, de modo a ampliar a capacidade de atuação do CEA na direção dos seus objetivos e finalidades;
- Discussão, construção, proposição e avaliação de políticas públicas municipais, distritais, estaduais e/ou federais voltadas a temática dos CEAs e da EA, criando condições legais, instrumentais e práticas para uma atuação mais organizada, eficiente e eficaz destas iniciativas;
- Diálogo entre CEAs no que diz respeito à Política e ao Programa Nacional de Educação Ambiental (respectivamente PNEA e ProNEA) e às Políticas e Programas Estaduais, Distritais e Municipais de EA.

O mundo não é. O mundo está sendo.(...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (...) É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica (Freire, 2000, p. 79-81).

3. Como elaborar um PPP?

Veremos neste item alguns tópicos importante para quem deseja construir, avaliar e revisar seu PPP, facilitando assim a sua estruturação sob a ótica de um Documento Referencial do CEA como um todo, bem como sob as óticas conceitual, institucional, política e pedagógica, dentre outras. Apontaremos alguns eixos estruturantes que orientam este processo bem como alguns tópicos que consideramos inerentes a este processo.

3.1 Tópicos Importantes

Segundo Padilha (2002, p. 90-3), há, pelo menos, nove itens indispensáveis que devem ser considerados na construção de PPPs, a partir dos quais propomos adaptações voltadas para a realidade dos CEAs no país. Entendemos que, pelo menos, oito deles são essenciais para PPPs de CEAs. Trata-se de tópicos inseridos no contexto do eixo Operacional do CEA, o qual será abordado juntamente com os eixos Conceitual e Situacional no item 3.2:

1) Identificação do projeto: traz informações da instituição gestora do CEA, período de duração do projeto, número de pessoas da equipe, estimativa de públicos que o CEA pretende trabalhar;

2) Histórico e justificativa: registro do processo histórico do CEA e da construção de seu PPP; apresentação do PPP, seus marcos conceituais; a importância do PPP para o contexto do CEA, seu alcance e funções socioambientais. Neste item é de fundamental relevância uma abordagem diagnóstica da situação/contexto onde o CEA está inserido (no município, na região, na instituição proponente, etc);

3) Objetivos gerais e específicos: os primeiros vinculados ao contexto que o

CEA (e sua instituição promotora e/ou gestora) estão inseridos; os específicos são desdobramentos desses, e melhor explicitam como o CEA pretende alcançar o que se propõe. Os objetivos (ambos) devem nascer do processo e não fora dele, são definidos com base nas diretrizes e prioridades do PPP, e estão inter-relacionados com a práxis do CEA. Alguns também consideram neste item a questão da "Missão" do CEA.;

4) Programação de ações e Metas: representam um detalhamento das realizações que o CEA pretende alcançar. As metas, em geral, são mais concretas e mais exeqüíveis que os objetivos, devendo ser quantificadas (mensuráveis) e detalhadas quanto mais possível. Também devem ser considerados neste item os 'produtos' que o CEA se disponha a gerar. Quando estas metas não são atingidas, devem-se verificar coletivamente quais as possíveis causas e levantar as ações anteriormente previstas que, eventualmente, ainda não foram concretizadas. As metas devem estar totalmente sintonizadas com os objetivos (gerais e específicos) do PPP;

5) Desenvolvimento Metodológico: para que os objetivos e metas sejam alcançados, determinados métodos (caminhos e estratégias) têm de ser desenvolvidos/percorridos. Eles emergem da realidade e dizem respeito ao quê, ao como e em que tempo será feito. Trata-se também de prever a disponibilidade de meios/técnicas (físicos, materiais, humanos e financeiros);

6) Mapeamento e Identificação dos Recursos: entendidos aqui como sendo financeiro, material, humano, dentre outros. Eles podem ser mapeados a partir de um diagnóstico do que o CEA já possui, do que será necessário adquirir para atingir os objetivos propostos e como será esta aquisição. Aqui também se deve planejar como o CEA pretende auto-sustentar-se, e se isso não for uma realidade, que se explicita qual o percurso para se alcançá-la. De fato, entendemos que a meta da sustentabilidade deva ser perseguida, ainda que na prática se visualize um outro panorama na atualidade;

7) Cronograma: pode ser parte integrante do desenvolvimento metodológico, uma vez que ele prevê a distribuição ordenada das ações ao longo do tempo, de acordo com as possibilidades de ação e a disponibilidade de recursos, cronologicamente situadas;

8) Monitoramento e Avaliação: elemento essencial em qualquer processo educacional, retrata os momentos de verificação da concretização parcial ou total dos objetivos e metas. Para tanto, são necessárias a definição de quais os indicadores, os instrumentos, as estratégias e os agentes responsáveis pela sua realização. O monitoramento e a avaliação são fundamentais para reorientar o CEA e suas ações, e deve ser um processo continuado e pautado na sua práxis cotidiana;

3.2 Eixos Estruturantes

Embora não haja receitas para se contruir um PPP, para qualquer contexto e aplicado a qualquer tipo de organização, é possível propor algumas diretrizes gerais orientadoras para indivíduos e instituições trabalharem em processos de delineamento, implementação, avaliação e revisão de PPPs. Sabemos ainda que tais processos guardam em si características próprias - particularidades estas que são fundamentais e determinantes em cada contexto e situação onde estão inseridas.

Diversos tipos de CEAs, especialmente aqueles ligados ao setor empresarial e público, têm adotado um mecanismo para formulação de PPPs muito claro e ágil, do ponto de vista gerencial tradicional. Trata-se da contratação de consultoria especializada externa, que em geral, dispõe de tempo reduzido para produzir o PPP, o qual é entregue sob a forma de um documento (produto) em muitos casos tempos depois do CEA já existir e atuar.

De fato, a construção de um PPP configura-se num processo específico de cada CEA, idiossincrático. Embora encontremos caminhos comuns, eixos conceituais

e elementos orientadores que fornecem concepções comuns de um PPP, o seu processo de construção é único e particular e não generalizável. Se este processo construtivo é mutável, dinâmico, é preciso que percebamos que o CEA também o é. Desta maneira consultorias externas podem cumprir um papel de subsidiar o CEA no sentido de deflagrar um processo de discussão aprofundada e de construção coletiva do seu PPP junto à sua equipe técnica, junto aos públicos com os quais ele se relaciona e junto às instituições que em algum nível exercem influência sobre ele.

Se visualizamos a especificidade que é cada CEA e como decorrência seu PPP, percebemos também que há inúmeras dificuldades para se alavancar um processo de delineamento, construção e implementação de um CEA.

Não restam dúvidas de que articular, elaborar, construir projeto pedagógico próprio, implementá-lo e aperfeiçoá-lo constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa os vários segmentos constitutivos da comunidade(...), com suas respectivas competências, num processo coletivo, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços (Bussmann, 2002 : 48).

Se esse cenário representa um campo mais abstrato, mais conceitual e subjetivo, vislumbramos com bem mais facilidade o campo prático (operacional), relativo ao "passo a passo" para a construção de um PPP. Esse lado pragmático é importante, mas deve ser trabalhado conjuntamente com o outro, pois ambos se nutrem mutuamente continuamente.

Desta forma, propomos a seguir alguns Passos para orientar processos de delineamento, implementação, avaliação e/ou revisão de PPP de CEAs. Ressaltamos que eles se configuram em grandes eixos estruturantes que orientam CEAs na discussão, construção e avaliação de PPPs, com a clareza de que esse processo

dependerá da natureza institucional e do momento em que se encontra aquele determinado CEA.

Um PPP, em linhas gerais, é constituído de três Eixos Centrais, **o Conceitual, o Situacional e o Operacional**.

O eixo **Conceitual** contém a idealização, o sonho de futuro, os princípios e valores, a ética, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo. O eixo Conceitual é o elemento menos volátil, menos dinâmico do PPP, por isso deve ser construído com a máxima profundidade possível, evitando-se à comodidade dos chavões, as proposições feitas devem ser refletidas, significadas, apropriadas profundamente pelo grupo.

O eixo **Situacional** refere-se às características presentes do contexto, um diagnóstico da realidade sócio-educacional local. Um diagnóstico que deve ser pensado como ponto de partida para a realização de planos de trabalho não apenas no sentido "curativo", mas também "preventivo". Algumas preocupações pertinentes com relação a este eixo:

1. Trata-lo como um conjunto de lamúrias sobre as ausências do contexto, estas lamúrias tendem a induzir um tipo de "lista de compras" e de tarefas no Marco Operacional;
2. Trata-lo como óbvio, "todo mundo sabe qual é o problema", esta dita obviedade compromete o holismo e a complexidade do Marco Situacional, não se percebe de modo sistêmico a problemática e ainda se assume como óbvio que o espaço da educação é tão somente a escola e que esta deveria ser concebida de uma maneira bastante idealizada;
3. Trata-lo como percepção da negatividade ignora as experiências socioeducacionais disponíveis, as capacidades instaladas e disponíveis e tor-

na o eixo Operacional um processo profundamente dependente de intervenções externas ao contexto, o que não é desejável nem positivo ao CEA.

O eixo **Operacional** deve ser o planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, decorre de uma análise que contempla os eixos Situacional e Conceitual ao mesmo tempo. O eixo Operacional deve ser detalhado ao nível do cotidiano, se possível, para que cada indivíduo envolvido saiba o que deve fazer na "segunda-feira". Um bom eixo Operacional tem sua orientação pautada no eixo Conceitual e não no Situacional, este é apenas ponto de partida e não ponto de chegada.

Vejamos cada um dos três grandes eixos estruturantes a seguir.

A) Eixo Conceitual

Trata-se de um eixo que necessita ser trabalhado com profundidade, de modo que contribua para deflagrar um processo de avaliação, rediscussão e revisão dos próprios conceitos, objetivos e concepções do CEA e da instituição proponente, bem como da Educação Ambiental que nestes espaços é pensada e praticada. Algumas questões relevantes presentes neste eixo:

- Objetivos, papéis e missão do CEA no contexto onde está inserido (onde o CEA pretende chegar? Compartilha a mesma direção da Instituição Proponente? Qual o compromisso socioambiental do CEA?);
- Qual concepção de Educação Ambiental que o CEA e a instituição proponente compartilham?;
- Qual sua finalidade socioambiental (do CEA e da proponente)?;
- Visualizar e aprofundar as dimensões "Política" e "Pedagógica" do CEA;

- Natureza Institucional: Com quais concepções/visões/tendências da Educação Ambiental se compartilha/relaciona/sintoniza?
- Em que medida esta EA está sendo implementada no CEA e nas ações que ele realiza?
- A proposta metodológica do CEA está sintonizada com sua missão/objetivos e é coerente com sua finalidade política e pedagógica?
- Os envolvidos com o CEA conseguem visualizar estas finalidades? Com que grau de intensidade e de que maneira?

B) Eixo Situacional:

Este eixo pode ser construído no contexto de uma "Oficina de Futuro⁵" composta por problemas e desafios (e a interpretação destes), dos sonhos e das utopias (e também da interpretação destes) e das potencialidades associando estes elementos a uma análise conjuntural mais ampla (Mundo-Brasil-Região-Estado-Município-Bairro), análise histórica, estrutural que permite entender os problemas vividos, os sonhos idealizados e as possibilidades dos caminhos delineados.

Algumas questões relevantes inerentes a este eixo:

- Mapear, identificar e discutir a **Natureza Institucional** do CEA, considerando seus Arranjos Institucionais, desenho de organograma do CEA no contexto da Instituição Proponente e definição quanto as estratégias de tomada de decisão.

⁵ É possível encontrar algumas referências sobre esta metodologia, a qual foi desenvolvida pelo Instituto ECOAR para a Cidadania (www.ecoar.org.br)

- Diagnóstico da situação social, ambiental, econômica, política, cultural do contexto onde o CEA e sua Instituição Proponente se inserem, considerando os públicos como os quais se relacionam (suas aspirações, demandas, contradições) relacionados com o contexto macro e micro espacial (país, estado, município, bairro);
- Mapeamento e identificação das condições objetivas, materiais e humanas disponíveis num determinado momento no CEA, com a clareza de que elas são determinantes no conjunto de aspirações e finalidades do CEA.

C) Eixo Operacional:

Para este último eixo, a visualização e construção de um Documento que organize e registre todos os passos aqui propostos e, sobretudo, os oito itens enunciados no item 3.1 é fundamental para facilitar e dar praticidade ao trabalho. Além deles é preciso ressaltar:

• Monitorar a avaliação e Avaliar o Monitoramento

É necessário verificar permanentemente se os rumos trilhados estão conduzindo ao cumprimento dos objetivos (sociais, pedagógicos, políticos, ambientais, éticos, econômicos, etc) que o CEA se propôs. A questão do Monitoramento e Avaliação é ainda trabalhada de forma superficial em CEAs brasileiros, e necessita de maior aprofundamento. Uma dimensão tem sido frequentemente trabalhada, e tem representado, em muitos casos, a única estratégia de avaliação em CEAs, que refere-se ao Livro de Registro. Tem-se ao final de um determinado tempo o número de pessoas que visitaram o CEA e partir desta informação/dado avalia-se o CEA. Estamos falando de algumas coisas como:

- Quais as estratégias (métodos) de avaliação para o CEA, para a sua equipe, e para as ações que ele realiza? Serão as mesmas estratégias para todos eles?

- Quais os instrumentos a serem utilizados para possibilitar a adoção das estratégias definidas? Ex: o Livro de Registro pode ser considerado como um instrumento, no âmbito de uma estratégia de avaliação?
- Quem são os agentes da avaliação? Quem implementa as estratégias definidas e se utiliza dos instrumentos adotados?
- Em que momentos se procede a esta avaliação? Embora tenhamos clareza do processo de permanente ação-reflexão-nova ação, ou seja a Práxis, sabemos também que há determinados momentos em que avaliações mais aprofundadas são realizadas e contribuem em muito com a organização e a melhoria do trabalho realizado como um todo. Sobre estes momentos que estamos tratando neste item.
- Há alguma instância de avaliação dos avaliadores? Quem o faz, quando, como, onde e porquê?

Este eixo nos conduz ao eixo Conceitual, com escala programada no eixo Situacional. Todo o processo de avaliação, pautado na práxis, ajuda-nos a, de tempos em tempos, debruçar novamente sobre os objetivos/missão/fins do CEA verificando se eles ainda estão coerentes com sua prática; se eles precisam (e podem) ser revistos e retrabalhados, e de que maneira esta reconstrução, por sua vez, encaminha toda uma reformulação em cadeia; se as condições materiais, humanas e práticas atuais são suficientes para sustentar as ações do CEA e se elas permitem que ele atinja seus objetivos com eficiência.

Tais eixos configuram-se portanto em diretrizes orientadoras, que contribuem para instrumentalizar CEAs para o enfrentamento de uma de suas dimensões fundamentais que é a do PPP. Há certamente outros eixos, questões e elementos que necessitam ser identificados e inseridos neste processo, ação esta que precisa ser protagonizada em cada CEA, de acordo com o contexto, realidade e situações

que dispõem, necessitando para tanto de condições políticas efetivas da instituição proponente (e das parceiras) do CEA, do próprio CEA e da sua equipe e de habilidades e competências técnico-pedagógicas e operacionais para se caminhar nesta direção. Qualquer contribuição neste sentido, proveniente de consultorias, intercâmbios, cooperações técnicas, dentre outros meios, será bem vinda na medida em que não seja depositada nela toda a responsabilidade por este processo. Ela deve ser encarada como ação complementar e subsidiária, e não como ação central e protagônica, porque coloca em fatores e agentes externos ao próprio CEA a tarefa central de pensá-lo e discutí-lo na sua plenitude, o que nos parece um tanto quanto contraditório e incoerente com a própria EA que é o objetivo central destas iniciativas.

4. Concluindo (por enquanto)

O processo de construção, desenho, implementação, avaliação e revisão do PPP voltado à CEAs envolve diversos eixos e elementos e configura-se numa ação tão fundamental ao CEA quanto a sua própria existência. De fato, tem-se observado pelo país diversos CEAs que menosprezaram esta questão em detrimento dos aspectos construtivos e materiais (sede, espaços físicos e equipamentos) e que ou encontram-se em dificuldades reais de sobrevivência ou já fecharam suas portas. Isso tem levantado uma questão importante que reside num certo ordenamento de prioridades em projetos de desenho e de implantação de CEAs pelo país, em qualquer que seja seu contexto de surgimento. Entendemos que antes de se definir como será a sede do CEA e seus respectivos espaços físicos e equipamentos, parece ser mais relevante discutir "onde se pretende chegar com o CEA". E esta discussão inevitavelmente deve conduzir a uma discussão mais profunda a respeito do Projeto Político Pedagógico do CEA.

Se esta dimensão passa a ser a protagonista do processo de desenho, implantação e avaliação do CEA como um todo, há perspectivas objetivas, conceituais, políticas e pedagógicas mais claras que facilitam a sua consolidação, implementação e detalhamento. Sabemos que acoplado a ela, há diversas outras questões que se devidamente enunciadas e debatidas podem facilitar e instrumentalizar os educadores ambientais diretamente envolvidos com a temática dos CEAs no Brasil.

É importante destacar, dentre elas, que este processo não se torne uma expressão burocrática onde apenas os técnicos envolvidos tenham acesso, mas que todos os públicos que se relacionam com o CEA também se envolvam e se alimentem dele. Um processo pautado num planejamento participativo que discute planos de construção sócioeducacional que afetam toda a comunidade, desta forma, deve ser por ela apropriado. Um documento como este nunca fica pronto, ele deve

ser reavaliado e reconstruído a partir de um tempo pré definido pelo grupo e deve contribuir, portanto, para potencializar o CEA como um todo, fazendo-o realçar e assumir sua função socioambiental e caminhar com mais clareza na direção de seus objetivos, que não são somente seus, mas compartilhados entre todos os sujeitos sociais como ele relacionados.

5. Referências

BUSSMANN, A.C. "O projeto político-pedagógico e a gestão da escola" In: VEIGA, I.P.A. (org.) Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas : Papyrus, 1999, 37-52 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo : Ed. UNESP, 2000.

GADOTTI, M.; FREIRE, P. & GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito .** São Paulo : Cortez, 1986.

GANDIN, D. **Temas para um projeto político-pedagógico.** Petrópolis : Vozes, 2000.

GARCIA, B. Z. **A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública na perspectiva da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas.** Universidade de São Paulo/FE, São Paulo, 1999 (Dissertação de Mestrado).

MENEZES, L.C. **Razões e elementos para uma revisão do Projeto Pedagógico de Escola.** 1999, 7-14p (documento fotocopiado).

PADILHA, P.R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** 2a. Ed., São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS AMBIENTAIS
- Diretoria de Educação Ambiental - Ministério do Meio Ambiente. (www.mma.gov.br/educambiental)

SILVA, F.D. Histórico, classificação e análise de Centros de Educação Ambiental no Brasil. Universidade de São Paulo/ESALQ, 2004 (Dissertação de Mestrado).

VEIGA, I.P.A. (org.) Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas : Papirus, 1999, 37-52 p.

VEIGA, I.P.A. & FONSECA, M. As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas : Papirus, 2001.

Este manual foi elaborado com a finalidade de contribuir para instrumentalizar e orientar Salas Verdes e centros de Educação Ambiental (CEAs) a discutirem a dimensão do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Iniciativas como essas têm-se disseminado pelo país e têm encontrado dificuldade de acessar informações sobre construção, aplicação, avaliação e revisão de Projetos Políticos Pedagógicos.

Esta publicação vem então contribuir de maneira teórica e prática com essa questão e estimular que educadores e educadoras ambientais reflitam a respeito do tema.



Diretoria de
Educação Ambiental

Ministério do
Meio Ambiente

